

Relato da Reunião do Fórum OCA – 27 de fevereiro de 2012

Presentes: Rosane Stochiero (Consultoria do Orçamento do Senado Federal); Rita Santos (Consultoria do Orçamento do Senado Federal); Daniela Guirelli (Consultoria do Orçamento do Senado Federal); Eduardo Chaves (Secretaria da Criança); Roseane Bragga (Lar Chico Xavier); André Zanardi (Coletivo da Cidade); Pedro Henrique Torres (Projeto Onda/INESC); Carlos Vinicius Mendes (Projeto Onda/INESC); Márcia Acioli (Projeto Onda/INESC); Raoni Pinheiro (Projeto Onda/INESC); Jorge Kill (CT Brasília Sul); Leiliane Miranda (Projeto Onda/INESC); Gabriela Santos (Projeto Onda/INESC); Israel de Melo (Projeto Onda/INESC); Cacilda de Souza (DRE Guará); Odetino Dias (Secretaria de Governo/CDCA); Natália e Ricardo (PDIJ); Maria Sulei da Silva (Comunidade do Cruzeiro); Eunice Araújo (CB Integrar); Jalline (CB Integrar); Rafael Madeira (CT Brasília Norte) e Robson Majus (CT Guará).

- **Conhecer a conjuntura orçamentária para 2012 (Orçamento Criança e Adolescente – OCA):**

Foi destacada a importância da análise do Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD, que é acessível através da página: www.transparencia.df.gov.br. Alguns destaques para qualificar a análise: Lei (valor autorizado na Lei Orçamentário Anual 2012); Alteração (alteração na LOA 2012, que acarreta redução ou ampliação de valores); Contingenciado (“corte no orçamento”, não pode ser gasto sob justificativa de aguardar a arrecadação de recurso que possibilite o gasto); Bloqueado (bloqueio que servem a uma reorganização administrativa, como a que ocorreu em 2011, o bloqueio do orçamento para ações da Secretaria da Criança, que estava na SEJUS, até a criação da Secretaria); Despesa Autorizada (Soma da Lei (+) Alterações (-) Contingenciado/Bloqueado); Empenhado (é a despesa autorizada “bloqueada/reservada” para determinado credor, ex.: empresa contratada por licitação); Disponível (Despesa Autorizada (-) Empenhado) Liquidado (valor correspondente da efetivação da ação orçada para autorizar o pagamento).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011 inovou com definição de que todas as ações voltadas para a criança e o adolescente não podem ser contingenciadas ou bloqueadas. No entanto, sabe-se que o grande problema é a falta de execução orçamentária. Reconhece-se o orçamento criança e adolescente (OCA) pelo destaque que é feito ao lado da ação.

Foi destacado que o “Fundo” se caracteriza por permitir que a sobra do exercício orçamentário possa ser executado no exercício seguinte, a exemplo do Fundo de Saúde do DF.

Em relação à Função 10 – Saúde: a previsão que consta para residências terapêuticas, trata apenas do projeto básico, o valor fixado é de R\$ 100 mil, o que não possibilita a implantação da ação. Nos anos anteriores, já havia a mesma previsão com nome diferente, sempre sem execução. Pode se tratar de uma janela orçamentária, quando for uma prioridade política, serão aportados mais recursos. Infelizmente, cai na contradição orçamento autorizativo x prioridade política do Estado. Na ação “Desenvolvimento de atenção à Saúde Mental”, tradicionalmente ocorre à execução, mas fica restrito a material.

Foi analisado o orçamento previsto para as medidas socioeducativas: “implementação de escola de formação do sistema socioeducativo” (capacitação continuada) apresenta valor de apenas R\$ 50 mil. Não está claro o que significaria a ação “construção de unidade de atendimento à criança e o adolescente” no valor de R\$ 1.500.000. Em relação à “construção de unidades de internação” o valor que consta é R\$ 2.500.000, que seriam para a construção de quatro novas unidades: Santa Maria, Sobradinho 2, Brazlândia e Gama, foi informado que existem R\$ 48 milhões destinados a mesma função na unidade orçamentária da TERRACAP. “Manutenção do Sistema Socioeducativa” refere-se às unidades de medidas socioeducativas e a “manutenção das unidades de atendimento à criança e ao adolescente” refere-se ao material de consumo diário.

Em relação aos Conselhos Tutelares destaque para o baixo valor orçado como R\$ 635 mil para “Construção de sede do Conselho Tutelar do Distrito Federal”, que, hoje, conta com apenas 2 sedes próprias, no universo de 33 Conselhos.

A Secretaria da Criança possui um orçamento total de R\$ 130 milhões. Sendo reservado para pessoal, R\$ 97 milhões. Restando menos de R\$ 40 milhões para as políticas públicas que a Secretaria é responsável.

Faltou a análise das ações referentes ao acolhimento institucional de criança e adolescentes, pois é necessária a análise do Fundo de Assistência Social - FAS, que é acompanhado pelo Conselho de Assistência Social - CAS. Importante a leitura da Resolução nº 20 do CAS, que estabelece o valor mínimo por criança no atendimento de acolhimento institucional. O tema será analisado na próxima reunião do Fórum OCA, dia 12 de março de 2012, 14h, na PDIJ.

Apesar de ser autorizativo e não obrigatório o orçamento, é possível medida jurídica para responsabilização do gestor. Em relação a construção e reforma de escolas no Governo Arruda, o ex-secretário da Educação Valente foi condenado em 1ª instância através de ação de improbidade administrativa.

Foi destacada uma proposta de metodologia mínima: a comparação do que foi orçado e do que foi ser executado sempre ser analisado em relação ao ano anterior. Algumas questões são fundamentais: O que foi orçado em é suficiente? O que foi orçado, como está sendo executado? Quais as políticas prioritárias a serem acompanhadas?

- **Ações de análise e monitoramento do orçamento público:**

A Consultoria de Orçamento do Senado Federal apresentou o SIGA Brasil que permite acompanhar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAF, além de agrupar orçamentos específicos como sobre criança e adolescente, em orçamento temático. O acesso é feito pela página: http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/SigaBrasil. O sistema permite acompanhar a elaboração das leis orçamentárias, indicando os prazos, sendo ferramenta importante para os movimentos sociais, organizações não governamentais e grupos de pressão advogar pelos seus interesses ou pautas. E também acompanha a execução de forma detalhada, incluindo a fase de pagamento.

O sistema foi criado a partir de 1998, após o escândalo dos “Anões do Orçamento”. Foi afirmado que, hoje, existe a informação sobre os gastos de forma detalhada. Destacado que o fundamental é não partir do orçamento pronto, é preciso partir dos custos da política pública, num trabalho de planejamento.

Neste ano serão oferecidos 8 cursos sobre o SIGA Brasil a partir de 1º de abril até setembro de 2012. Mais informações através da página: <http://www.senado.gov.br/sf/senado/ilb/>.

A Comissão desenvolveu um a cartilha multimídia para jovens que será ferramenta importante para articulação com o Programa Onda/INESC. Também elaborou cartilha que será útil para os Conselhos da área da infância.

Foi destacado que o sistema permite analisar de forma detalhada as transferências da União para os municípios e o Distrito Federal. Ficou a sugestão de uma das reuniões do Fórum OCA ser dedicado apenas a este tema com assessoria da Consultoria do Senado.

Mais informações e solicitação de assessoria para análise do orçamento da União, SATEC/Senado: (61) 3303-3318.

Os/As adolescentes e jovens do Projeto Onda/INESC apresentaram o trabalho de monitoramento do Orçamento Público do DF, que teve a participação de alunos/as de 11 escolas, incluindo o CEAN, CAJE e CEMEB. No trabalho são utilizados debates, filmes e dinâmicas de grupo para conhecer a parte técnica do orçamento e analisá-lo. A partir do projeto foi confeccionada a Revista Descolad@s, que tem em seu Conselho Editorial, adolescentes e jovens que participaram das oficinas e debatem entre eles o conteúdo que será trabalhado. O projeto permite intercâmbio entre adolescentes e jovens de distintas regiões e realidades sociais. A metodologia é baseada na seleção de ações referentes aos Direitos Fundamentais de crianças e adolescente. Foram apresentados gráficos que dimensionam o quanto é orçado e executado, o que é prioridade e o que não é, destaque para os orçamentos de publicidade e propagando que não são referentes à utilidade pública.

Ao final deveriam ter sido encaminhadas questões referentes à organização do Fórum OCA, mas devido ao baixo quórum restou prejudicado.

A próxima reunião precisa definir:

- Grupo de trabalho para acompanhar a execução do orçamento de 2012;
- Grupo de trabalho para acompanhar a elaboração do orçamento para 2013;
- Temas prioritários para a análise orçamentária para além dos temas já definido: atenção ao usuário de drogas e acolhimento institucional

A próxima reunião será dia 12 de março de 2012, 14h, na sala multiuso na PDIJ e terá como pauta a análise orçamentária sobre os serviços de acolhimento institucional. Importante que representantes da rede de convivência familiar e comunitária, do Conselho de Assistência Social, do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e da SEDEST estejam presentes.